

TCE aponta excesso de contratos na educação infantil de Santa Rita do Pardo

Levantamento cobra concurso público e mudanças no plano de cargos do município

Por Kamila Alcântara | 01/02/2026 11:57

ouça este conteúdo

readme



Prédio onde funciona a gestão municipal de Santa Rita do Pardo, município a 245 km da Capital (Foto: Divulgação)

A [educação](#) da primeira infância em Santa Rita do Pardo funciona, mas do jeito errado. É o que concluiu um levantamento do TCE-MS (Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul) ao analisar como o município cumpre as metas do Plano Nacional de Educação voltadas a creches e pré-escolas.

RESUMO

Nossa ferramenta de IA resume a notícia para você!

[LEIA AQUI ▾](#)

O Tribunal identificou que a prefeitura depende excessivamente de professores e assistentes contratados temporariamente, em vez de manter profissionais efetivos. Para os conselheiros, essa prática fragiliza o atendimento às crianças, provoca troca constante de funcionários e compromete a continuidade do trabalho pedagógico.

LEIA TAMBÉM

- [União das Câmaras quer implantar procuradorias da mulher em todos os municípios](#)
- [TCE dá 48h para Prefeitura de Ponta Porã explicar falha em licitação](#)

Outro problema apontado é a falta de valorização dos assistentes de apoio educacional. O plano de cargos do município não prevê especialização nem incentivos para qualificação profissional, o que, na avaliação da Corte, desestimula o aprimoramento técnico de quem atua diretamente com as crianças.

Diante das falhas, o Tribunal recomendou que a prefeitura realize concurso público para aumentar o número de servidores efetivos na **educação** infantil e revise o plano de cargos, criando incentivos à formação e à especialização dos assistentes.

O município terá 120 dias para apresentar um plano de ação, detalhando como e quando pretende corrigir os problemas. Esse plano será acompanhado pelo próprio Tribunal, que vai monitorar se as medidas prometidas sairão do papel.

Apesar de o processo ter sido arquivado, o TCE deixou claro que isso não significa que a situação foi resolvida. O arquivamento se refere apenas ao encerramento da etapa de diagnóstico. Caso as recomendações não sejam cumpridas, o município pode voltar a ser alvo de nova fiscalização, desta vez com risco de medidas mais duras.

O levantamento foi aprovado por unanimidade em sessão virtual realizada em dezembro de 2025 e trata da gestão passada, mas as recomendações foram direcionadas ao prefeito atual.

A reportagem questionou a Prefeitura sobre a recomendação do TCE, mas ainda não houve retorno. **O espaço está aberto para esclarecimentos.**

Receba as principais notícias do Estado pelo Whats. [Clique aqui para acessar o canal do Campo Grande News](#) e siga nossas **redes sociais**.